

## MOBILIDADE ESTUDANTIL E FINANCIAMENTO: O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL

Magna França

[magna@ufrnet.br](mailto:magna@ufrnet.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Alda Maria Duarte Araújo Castro

[aldacastro01@hotmail.com](mailto:aldacastro01@hotmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### RESUMO

O trabalho discute a estratégia de mobilidade estudantil adotada pelo governo brasileiro, tomando como referência o Programa Ciência sem Fronteira (CSF) e sua implementação no Rio Grande do Norte/Brasil. Parte do pressuposto, de que, entre as atuais políticas para o ensino superior, a internacionalização desponta como uma estratégia importante para a inserção dos países no mundo globalizado e que entre as formas de internacionalização, a mobilidade estudantil possibilita que os estudantes adquiriram competências acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir em uma sociedade cada vez mais global. Nessa perspectiva e com o objetivo de expandir a mobilidade estudantil o governo brasileiro lançou em 2011 o Programa Ciência sem Fronteiras, com a previsão de concessão de 101 mil bolsas em quatro anos. O presente trabalho analisa o processo de internacionalização da educação superior, com realce para a mobilidade estudantil. Analisa o Programa Ciência sem fronteira e sua implementação no Rio Grande do Norte/Brasil, procurando evidenciar o número de alunos de graduação em mobilidade no período de 2012 a 2014, os países escolhidos para a realização dessa mobilidade e os recursos financeiros utilizados pelo governo brasileiro. Os estudos mostram que a política de indução à mobilidade de estudantes adotada pelo Brasil com o CSF tem contribuído para consolidar a internacionalização no país. O cenário apresentado caracteriza o ajuste do país às novas demandas globais, um investimento muito alto para custear essa mobilidade e um interesse de outros países em aceitar os estudantes em mobilidade muito mais pelo interesse econômico do que por interesses acadêmicos.

**Palavras – chave:** Educação superior; mobilidade estudantil; financiamento.

## **MOBILIDADE ESTUDANTIL E FINANCIAMENTO: O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL**

### **1. O processo de internacionalização da educação superior no contexto da globalização**

Na atualidade, o processo de internacionalização é complexo e o seu entendimento dever estar associado ao processo de globalização, que se aprofunda cada vez mais, possibilitado pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação. Diversos autores discutem sobre a concepção de globalização apresentando seus pontos positivos e negativos, ressalta-se o entendimento de Gamboa (2003, p.97) quando diz que a globalização se apresenta sob a forma de mercado amplo e singular que “[...] se intensifica a partir da década de 1980 com o rápido surgimento de um novo sistema de coordenadas, graças aos satélites e à microinformática”. A compreensão de Ianni (1999) é mais abrangente, pois entende que a globalização,

[...] expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações.

Considerando as duas concepções é possível perceber que a sociedade atual tem sido afetada por grandes mudanças, que vão desde o plano econômico, social, cultural e político, como repercussão da evolução dos meios de transportes, telecomunicações e o surgimento de inovações tecnológicas. Com isso, verifica-se o aumento do fluxo comercial mundial e, em decorrência, se tem um sistema unificado inserido em um planeta “informado”, o qual permite ações igualmente globais. Essas mudanças acabaram imprimindo novos significados à história, à cultura, à opinião e outros aspectos que implicam as condições de vida, estabelecendo uma nova organização do trabalho.

Nesse cenário, novas necessidades formativas são exigidas para os cidadãos que necessitam, cada vez mais, de níveis elevados de educação para atuar no mundo sem fronteiras e centrado no conhecimento. Nesse cenário, o ensino superior ganha relevância como estratégia de inserção das pessoas no mundo do trabalho e para o desenvolvimento da cidadania, imprimindo aos governos e aos organismos internacionais a formulação de diretrizes para atender às novas demandas contextuais, decorrentes do processo de globalização.

No seu conjunto, essas orientações apontam a estratégia da internacionalização como uma das formas de atender às atuais demandas da globalização. No campo educacional, essa temática passa a ser central nos estudos e debates ocorridos na atualidade e põem em evidência, que, a internacionalização da educação superior deve ser concebida de forma ampliada e deve compreender além da cooperação técnica, a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa.

O debate sobre a internacionalização da educação superior começa a se intensificar a partir da década de 2000, consubstanciado pelas novas tecnologias da comunicação e da informação que têm possibilitado o surgimento de novas formas de educação para além dos limites dos países. Na contemporaneidade, a internacionalização da educação superior tem significado, segundo Knight (2005, s/p), um “[...] processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global sobre os objetivos, ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços de uma universidade ou de um sistema de ensino superior.” No entanto, essa definição é questionada por Hawawini (2011) por seus aspectos restritivos, no sentido de que essa definição limita a internacionalização à capacidade de uma instituição se inserir no processo de internacionalização em uma estrutura e modo de operar já existente, deixando de lado dimensões importantes do processo, que no seu entendimento seria “integrar a instituição numa rede de conhecimentos e de aprendizagem global ao invés de integrar uma dimensional internacional num cenário já existente” (p.5).

No entendimento do autor o processo de internacionalização além desses aspectos, deveria enfatizar também a capacidade de uma instituição em se tornar parte integrante de um sistema mundial de conhecimento, no qual possa não só se beneficiar, mas também, contribuir com as instituições parceiras, deixando claro que a internacionalização deve ser um processo de mão dupla, no qual as instituições se percebam não apenas como receptoras e beneficiárias, mas que exerçam também um papel ativo, contribuindo com sua parte para o desenvolvimento do conhecimento e dos níveis de formação e aprendizagem.

A tendência de internacionalização tem impulsionado as instituições de educação superior em todo o mundo, embora possa se questionar alguns dos seus objetivos e motivações. Segundo autores como Mesquita e Castilho (2014), Hawawini (2011) entre essas motivações estariam fatores das seguintes ordens: acadêmicos (o entendimento de que a educação e a investigação devem ser globais; econômicos (em última análise, impulsionado por uma necessidade fazer encontrar novas fontes de

receitas e crescimento); políticos (impulsionado por um desejo de influenciar líderes de opinião e reforçar a posição política do país da instituição de origem); religiosa (desejo de espalhar uma crença de uma organização religiosa em particular).

O Brasil, se insere no processo de internacionalização de forma retardatária por muitas razões, entre elas, a jovialidade do seu sistema de ensino superior quando comparado com os sistemas dos países desenvolvidos; a sua inserção de forma periférica na chamada “geopolítica de conhecimento”, não possuindo muitas universidades atrativas para os estudantes estrangeiros; a falta de infraestrutura de acolhimento para os estudantes em mobilidade estudantil; e a dificuldade com a língua. Para enfrentar os desafios da internacionalização, nos últimos anos o País tem desenvolvido uma política de incentivo à mobilidade acadêmica, com prioridade à mobilidade estudantil, uma dessas iniciativas merece destaque pela sua inovação e amplitude, o Programa Ciência sem Fronteira.

## **2. O Programa Ciência sem Fronteiras como estratégia de mobilidade estudantil**

A mobilidade estudantil não é um fenômeno novo no campo educacional, considerando que, desde a idade média, as populações universitárias eram bastante móveis, naquela época, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens tampouco à validade universal dos diplomas conquistados. No entanto, esse processo não englobava da mesma forma todas as universidades, ficando restrito às grandes universidades como Paris e Bolonha, pois eram as mais atrativas para os estudantes de diferentes localidades, tanto culturalmente, como por possuírem uma infraestrutura mais organizada do que as universidades de menor porte.

Na atualidade, ela é completamente reestruturada em decorrência do processo de globalização e das atuais estratégias de internacionalização do ensino superior. A mobilidade como fenômeno envolve, hoje, uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo e no cotidiano das pessoas, englobando todo o sistema de transporte, a gestão desses espaços, as interações espaciais até as dinâmicas geográficas específicas.

Lima e Maranhão (2009) assinalam que o fenômeno da internacionalização no setor educacional ocorre de duas formas: pela internacionalização ativa – quando os países mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmico, oferecem serviços educacionais no exterior, abrangendo mobilidade de *experts* em áreas de interesse estratégico, exporta programas e instalam *campi* no exterior; e pela internacionalização passiva – que se caracteriza pela inexistência de uma política criteriosa para envio dos estudantes para o

exterior e que os países possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o acolhimento e a oferta de serviços educacionais.

O Brasil se insere nesse processo de mobilidade estudantil de forma muito tímida, embora se sobressaia na América Latina, como um dos países que mais envia estudantes ao estrangeiro, tendo, no período entre 2004 e 2008, apresentado um crescimento da ordem de 19,3%. Nos últimos anos, o País vem procurando se firmar no sentido de viabilizar a ampliação do processo de mobilidade estudantil externa.

Embora o Brasil venha desenvolvendo iniciativas de internacionalização, no campo da mobilidade estudantil, mediante um conjunto de medidas, a sua inserção nesse processo, quando comparada com os países desenvolvidos, pode ser considerada, ainda, embrionária. Diante de tal realidade, o país necessita arquitetar uma política de estado para consolidar um sistema de educação superior de melhor qualidade com vistas a uma inserção mais qualificada no cenário mundial econômico e educacional.

É nessa perspectiva que o governo federal instituiu Programa Ciência sem Fronteira, criado no âmbito das atuais políticas de ensino superior de incentivo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído através do decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011 e apresenta a proposta de intercâmbio e mobilidade com vistas à consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, buscando ampliar a inovação e a competitividade do Brasil através da concessão de bolsas no exterior com a finalidade de manter contato com “sistemas educacionais competitivos”. Em seu primeiro artigo, fica evidente que a pretensão geral do Programa é proporcionar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência. Do mesmo modo, busca-se atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de renomada qualificação, em áreas do conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

De acordo com o documento acima referido, as ações do Programa serão complementares às atividades de cooperação internacional e de concessão de bolsas no exterior exercidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No que diz respeito às modalidades e o número de bolsas que serão contempladas, o programa prevê o seguinte: graduação sanduíche (64.000); doutorado sanduíche (15.000); desenvolvimento tecnológico e inovação no exterior (7.060); pós-doutorado

(6.440); doutorado pleno (4.500); atração de jovens talentos e pesquisador visitante especial (ambos 2.000). Também há a modalidade de bolsa de mestrado profissional, porém não está previsto publicamente o quantitativo de bolsas destinadas. Das 101.000 bolsas ofertadas, 75.000 serão financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas serão concedidas com recursos da iniciativa privada. (BRASIL, 2011a).

Segundo Silva e Castro (2015) é importante problematizar que ao permitir a participação de recursos provenientes do âmbito privado, deve-se considerar que os pesquisadores poderão responder prontamente às necessidades desse setor, admitindo-se que suas pesquisas centralizem-se nos interesses privados. Dessa forma, cabe questionar a quem o Programa realmente está servindo e a que propósitos está pretendendo atender, pois ao conceder parte da responsabilidade financeira à esfera privada, infere-se que essa espera receber algum retorno do investimento realizado.

### 3. Os custos do Programa Ciência sem Fronteira na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O recorte deste trabalho recai sobre os custos da “graduação sanduiche” apresentando primeiramente os principais países em evidencia com seus respectivos valores das bolsas e auxílios concedidos pelos órgãos de fomento à modalidade apresentada, bem como a estimativa dos custos financeiros dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que integram a mobilidade internacional.

**Quadro 1** - Valores do custo-aluno inicial de graduação sanduiche e auxílios, por país ou região, conforme moeda específica (2015).

GRAD. SANDUÍCHE/ UÍCE/ Sigla	EUA *	Zona do Euro **	Reino Unido ***	Canadá	Austrália	Japão	Suécia	Dinamarca	Noruega	Suíça	Europa ****
	Dólar (US\$)	Zona do Euro (€)	Libra (£)	CAD (C\$)	AUD (A\$)	Iene (¥)	Coroa Sueca (SEK)	Coroa Dinamarquesa (DKK)	Coroa Norueguesa (NOK)	Franco Suíço (CHF)	USD/Europa (US\$)
SWG	870	870	870	984	1.300	99.640	7.860	6.490	7.060	1.060	1.180
Alimentação	300	300	420	340	380	37.540	2.710	2.240	2.430	370	400
Adic. Local.	400	400	400	450	500	45.810	3.610	3.000	3.250	500	550
Seg. Saúde	1.080	1.080	1.080	1.200	1.320	113.760	9.760	8.060	8.760	1.320	1.470
Instalação	1.320	1.320	1.320	1.480	1.950	149.460	11.920	9.850	10.710	1.610	1.795
M. Didático	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	78.870	9.040	7.470	8.120	1.220	1.360

Subtota 1	4.970	4.970	5.090	5.454	6.450	525.080	44.900	37.110	40.330	6.080	6.755
Valor R\$ (20/09/ 15)	3.90	4.43	6.07	2.97	2.82	0.03	0.47	0.59	0.48	4.06	3.90
Total R\$	19.383	22.017	30.896	16.792	18.189	23.852	21.103	21.894	19.358	24.684	26.344

Fonte: Disponível em: <[www.cienciassemfronteiras.gov.br](http://www.cienciassemfronteiras.gov.br)> Acesso em: 14 setembro 2015; <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>> Acesso em: 20 setembro 2015. (Elaborado pelas autoras).

Os dados apresentados consideram os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão, Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, mais 16 Estados-membros da União Européia, considerada zona do euro e 9 países europeus, que não pertencem à Comunidade Européia. Os custos envolvem a bolsa inicial, adicional local, alimentação, seguro saúde, instalação e material didático. O estudo apresenta o quantitativo desses auxílios usando a conversão em valores de cada moeda utilizando-se de informações em sites específicos, referente ao dia 20 de setembro de 2015.

Considerando as informações do valor bolsa (inicial) mais auxílios que são garantidos aos estudantes, nos Estados Unidos, um aluno custaria 19.383 dólares, na zona do euro este valor corresponde a 22.017 euros. Nos países que integram a Europa, cuja moeda, também é o euro, o custo aluno/mês seria de 26.344 euros. Dos países constantes do quadro 01 a mobilidade torna-se mais cara no Reino Unido, uma vez que a libra é a moeda com cotação mais elevada.

Na UFRN, a internacionalização com a implementação do Ciência sem Fronteiras tomou um grande impulso, apresentando um crescimento considerável de bolsas no período analisado. Merece destaque a diversidade dos países escolhidos pelos alunos para fazerem a mobilidade. Essa dinâmica tem contribuído para a inserção da UFRN no processo de internacionalização, nesse sentido, a Instituição teve um crescimento da ordem de 82% e se classificou em 2014 como 13ª colocada no *ranking* nacional, com um total de 1.125 estudantes na modalidade graduação sanduíche (2012-2014), distribuídos entre 25 países e suas respectivas regiões.

O quadro 2, a seguir apresenta o quantitativo de estudantes por ordem crescente com relação aos países destinatários.

**Quadro 2** – Programa Ciências sem Fronteiras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quantidade de bolsas – graduação sanduíche - destinadas por país (2012-2014).

<b>Destino</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total</b>
<b>EUA</b>	29	60	269	358
<b>Canadá</b>	26	76	56	158
<b>Reino Unido</b>	2	35	60	97

<b>Austrália</b>	1	36	32	69
<b>Inglaterra</b>	5	22	37	64
<b>França</b>	4	32	24	60
<b>Irlanda</b>	0	22	33	55
<b>Espanha</b>	24	10	13	47
<b>Alemanha</b>	1	12	33	46
<b>Itália</b>	1	27	15	43
<b>Hungria</b>	0	13	23	36
<b>Portugal</b>	24	0	0	24
<b>Holanda</b>	2	10	1	13
<b>Escócia</b>	0	5	7	12
<b>Coréia do Sul</b>	3	2	4	9
<b>China</b>	0	6	2	8
<b>Japão</b>	0	1	6	7
<b>Argentina</b>	0	3	2	5
<b>Outros</b>	2	5	7	11
<b>total</b>	124	377	624	1.125

**Fonte:** Disponível em: <[www.cienciasemfronteiras.gov.br](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br)> Acesso em: 11 agosto 2015. (Elaborado pelas autoras).

Os dados apresentados demonstram o crescimento no período 2012-2014 em 25 países, cujas bolsas concedidas aos estudantes foram no montante de 1.125, observando um crescimento vertiginoso relativo ao ano de 2014, ou seja, uma diferença de 500 bolsas a mais quanto ao primeiro ano iniciante.

Destacando-se os dados ano a ano, observa-se que os EUA liderou com o maior quantitativo de bolsas no ano de 2012 com 29 bolsas e no ano de 2014 com 269, estando o Canadá em 2013 no primeiro lugar com 76 e EUA com 60 no segundo lugar. Em 2012 o Reino Unido fica na oitava colocação, com apenas 02 bolsas, mas a procura por essa localidade cresceu ano a ano, chegando a terceira posição em 2013 com 35 bolsas e em 2014 ocorreu uma elevação indo para o segundo lugar com 60 bolsas.

A categoria “outros” no Quadro 2 refere-se a países que tiveram menos de 05 alunos em mobilidade estudantil no período, nesse caso estão os seguintes países: País de Gales, Noruega e Suécia (03 alunos, cada país); Bélgica (02 alunos) e Finlândia, Irlanda do Norte e Nova Zelândia (cada um com 01 aluno).

**Quadro 3** – Estudantes por países de destinos e os custos da mobilidade estudantil - moeda específica e convertida em moeda brasileira (R\$) 2015.

Destino (2014)**	Valor Moeda (20/09/15)***	Total de Bolsas /Estudantes	Custo Estudante Mensal (Individual)	Custo Estudante Mensal Subtotal (moeda país)	Custo Estudante Valor em Real (1.00) Subtotal
------------------	---------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	--	---

EUA (US\$)	3.90	358	4.970	US\$1.779.260	R\$ 6.939.114
Canadá (C\$)	2.97	158	5.454	C\$ 861.732	R\$ 2.559.344
Reino Unido (£)	6.07	97	5.090	£ 493.730	R\$ 2.996.941
Austrália (A\$)	2.82	69	6.450	A\$ 445.050	R\$ 1.255.041
Inglaterra (£)	6.07	64	5.090	£ 325.760	R\$1.977.363
França (€)	4.43	60	4.970	€ 298.20	R\$ 1.321.026
Irlanda (€)	4.43	55	4.970	€ 273.350	R\$1.210.940
Espanha (€)	4.43	47	4.970	€ 233.590	R\$ 1.034.803
Alemanha (€)	4.43	46	4.970	€ 228.620	R\$ 1.012.786
Itália (€)	4.43	43	4.970	€ 213.710	R\$ 946.735
*Hungria (US\$)	3.90	36	4.970	US\$ 178.920	R\$ 697.788
Portugal (€)	4.43	24	4.970	€ 119.280	R\$ 528.410
Holanda (€)	4.43	13	4.970	€ 64.610	R\$ 286.222
Escócia (£)	6.07	12	5.090	£ 70.80	R\$ 370.755
*Coréia do Sul (US\$)	3.90	9	4.970	US\$ 44.730	R\$ 174.447
*China (US\$)	3.90	8	4.970	US\$ 39.760	R\$ 155.064
Japão (¥)	0.03	7	525.080	¥ 3.675.556	R\$ 110.266
*Argentina (US\$)	3.90	5	4.970	US\$ 24.850	R\$ 96.915
Gales (£)	6.07	3	5.090	£ 15.270	R\$ 92.688
Noruega (Kr)	0.48	3	40.330	Kr 120.990	R\$ 58.075
Suécia (Kr)	0.47	3	44.900	Kr 134.700	R\$63.309
Bélgica (€)	4.43	2	4.970	€ 9.940	R\$ 44.034
Finlândia (€)	4.43	1	4.970	€ 4.970	R\$ 22.017
Irlanda do Norte (£)	6.07	1	5.090	£ 5.090	R\$ 30.896
*Nova Zelândia (US\$)	3.90	1	4.970	US\$ 4.970	R\$19.383
<b>Total Geral</b>		<b>1.125</b>			<b>R\$ 24.003.76</b>

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.sri.ufrn.br/index.php>> Acesso em 20 março 2015.(Elaborado pelas autoras).

Notas:

1. Os países indicados com (\*) colocou-se a moeda em dólar conforme informações da Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI) da UFRN.
2. O quantitativo de alunos enviados foi somado no período de 2014 destacados com (\*\*).
3. A conversão da moeda em Real foi realizada no período de 2015, destacada no quadro com (\*\*\*)

No quadro 3 verifica-se o quantitativo de estudantes enviados para 25 países destinatários. Do total de 1.125 estudantes, Estados Unidos da América se destaca no *ranking* como sendo aquele que mais recebeu estudantes, sendo o custo individual inicial de cada aluno de 4.970 dólares, o que corresponde ao total de US\$1.779.260 dólares de investimento. Na moeda brasileira (real) o montante de custeio representa R\$ 6.939.114,00. O Canadá classificado em segundo lugar apresenta o custo mensal de C\$ 861.732, sendo o valor total dos 158 estudantes em moeda do país destinatário, ou seja, dólar canadense, e realizando a conversão em real apresenta o custeio de R\$ 2.559.344,00. A Nova Zelândia encontra-se em última colocação com apenas 1 estudante cujo valor corresponde US\$ 4.970 inicial, sendo que esse custo na moeda em real apresentou R\$ 19.383,00.

É importante considerar que o País investiu só na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em três anos de Programa a quantia de R\$ 24.003.76. Isso demonstra, como esse é um Programa estratégico para o País. Os dados permitem afirmar que o Programa Ciência sem Fronteiras possibilitou uma grande mobilidade dos estudantes na UFRN, essa estratégia é de suma importância, para a formação, pois possibilita que os estudantes adquiriram competências acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir em uma sociedade cada vez mais global.

#### Considerações Finais

Os estudos da internacionalização do ensino superior, não podem prescindir de considerar a dinâmica da sociedade em uma visão de totalidade. No campo educacional, entendido como central para a inserção dos países no mundo globalizado essas alterações foram muito significativas, especialmente para a educação superior, por ser um dos *locus* da produção de conhecimento. A internacionalização se configura como uma dimensão importante desse nível de ensino e os países passam a estimular programas que viabilizem esse processo. O conceito de internacionalização tem sido resignificado por exigências da globalização, deixando-se de se pautar por uma internacionalização eminente cooperativa, fundada nos intercâmbios de pesquisa, e passa a assumir uma perspectiva mais competitiva e de mercado e tendo como referência o aumento de polarização do conhecimento em países desenvolvidos.

No que se refere à mobilidade uma das dimensões da internacionalização, essa possibilita, o intercâmbio de estudantes e investigadores, docentes e pessoal técnico o que tem levado ao aumento da criação e participação em redes de pesquisas. No entanto, a mobilidade estudantil, é a que mais se sobressai e permite aos estudantes a interação e compreensão das diferenças culturais entre os países, além de impulsionar a formação e inovação nas diferentes áreas do conhecimento.

O governo brasileiro tem procurado consolidar o seu papel no mundo globalizado e tem investido grandes recursos nos programas de mobilidade estudantil, os dados mostram que o Programa Ciência sem Fronteira tem sido o carro chefe do governo brasileiro, envolvendo milhares de alunos brasileiros e 30 países diferentes em todo o mundo. No Rio Grande do Norte o Programa possibilitou um incremento muito grande no processo de mobilidade contribuindo para que cada vez mais a instituição se destaque entre as outras universidades brasileiras.

#### Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de Dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras, 2011a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011).

Castro, A. M.; Cabral Neto, A. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa. v 21, p. 69 a 96.

Castro, A. M.D. A.; Silva, J. S. (2015). Internacionalização da educação superior no BRASIL: algumas análises do Programa Ciência sem Fronteiras. XXIII Seminário da rede Universitas/Br Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão. Belém.

Ganboa, S. S. (2003). A Globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina In: LOMBARD, Jose Claudinei. (Org.). *Globalização, Pós-Modernidade e Educação*. São Paulo: Autores Associado.

Hawawini, G. (2011). The internationalization of Higher Education Institutions: a critical review and a radical proposal. Disponível em: <http://www.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cmf?did=48726>.

Ianni, O. (2005). *A sociedade global*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Knight, J. Un modelo de internacionalización: respuesta a nuevas realidades y retos. In: BANCO MUNDIAL. *Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional*. 2005. Editado por Hans de Wit, Isabel Cristina Jaramillo, Jocelyne Gacel-Ávila e Jane Knight.

Lima, M. C.; Maranhão, C. M. S. de A. (2009). O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Revista Avaliação*. Sorocaba, São Paulo, v.14, n.3, p. 583-610, nov.

Mesquista, A.; Castilho, O (2014). Os desafios da internacionalização do ensino superior: um estudo de caso. In: Cabrito, B.; Castro, A.; Cerdeira, L.; Chaves, V.; (Orgs). *Os desafios da expansão da educação em países de Língua Portuguesa: financiamento e internacionalização*. 1ed. Lisboa: Educa, p.35 a 51.

Peixoto, M. C. L. (2010). Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. In: Oliveira, João Ferreira de; Catani, Afrânio Mendes; Silva Júnior, João dos Reis. *Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização*. São Paulo: Xamã.

